



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 31, DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2021, que Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico sobre o Estabelecimento de Escritório da Organização no Brasil, assinado em Paris, em 8 de junho de 2017.

PRESIDENTE: Senadora Margareth Buzetti

RELATOR: Senador Plínio Valério

20 de setembro de 2022



PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2021, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico sobre o Estabelecimento de Escritório da Organização no Brasil, assinado em Paris, em 8 de junho de 2017.*

RELATOR: Senador **PLÍNIO VALÉRIO**

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 253, de 2021, cuja ementa está acima epigrafada.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 644, de 5 novembro de 2020, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o Estabelecimento de Escritório da Organização no Brasil, assinado em Paris, em 8 de junho de 2017.

A exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Economia, recorda que a participação brasileira na OCDE teve início na década de 1990. Desde então, o Brasil atua em 26 comitês e instâncias da Organização. Verifica-se, dessa forma, estreita colaboração entre nosso país e a OCDE, apesar de não sermos membro da entidade.

O texto ministerial esclarece, ainda, que o Acordo em questão tem como principais objetivos promover e garantir a implementação efetiva de atividades conjuntas entre as Partes; funcionar como ponto de contato entre as autoridades brasileiras responsáveis pela cooperação com o secretariado da OCDE; apoiar missões e eventos da Organização a serem realizados no Brasil; e assegurar privilégios e imunidades aos seus agentes para que possam desempenhar suas funções.

O documento destaca, também, que *a assinatura do Acordo para o Estabelecimento do Escritório da OCDE no Brasil é mais um desdobramento positivo do Acordo de Cooperação Brasil-OCDE*. A exposição de motivos lembra, ainda, que *o estabelecimento do Escritório no Brasil será especialmente oportuno, considerando a recente solicitação do País de iniciar o processo de acesso à Organização, por carta datada de 29 de maio de 2017*.

A Acordo em análise é composto de considerandos e cinco artigos.

O Artigo 1 versa sobre aspectos gerais (finalidade, funções, independência e neutralidade) do estabelecimento do Escritório da OCDE no Brasil. O dispositivo seguinte reconhece a personalidade jurídica da Organização, bem como assegura ao seu Escritório no Brasil privilégios e imunidades idênticos aos garantidos às agências especializadas das Nações Unidas extensíveis aos seus bens, agentes e especialistas em missão no Brasil (Artigo 2).

Adiante, o Artigo 3 se ocupa dos funcionários e especialistas do escritório da OCDE dispondo, entre outros aspectos, dos privilégios e imunidades a que fazem jus (item 3.3). O texto prescreve, também, que o pessoal recrutado localmente será empregado de acordo com a legislação trabalhista brasileira (item 3.6). O preceito estabelece, além disso, que a Organização cooperará com o governo do Brasil no sentido de assegurar a observância do ordenamento jurídico brasileiro e prevenir a ocorrência de eventual abuso relacionado com os privilégios e imunidades estabelecidos no Acordo (item 3.7)

Já o Artigo 4 cuida dos privilégios fiscais do Escritório da OCDE. O Artigo 5, por sua vez, aborda as disposições finais [possibilidade de emenda (item

5.1); solução de divergências por meio de negociação entre as Partes (item 5.3); e entrada em vigor 30 dias após a notificação do cumprimento dos procedimentos internos requeridos por ambas as Partes (item 5.4)].

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

No tocante ao Acordo, inexistem imperfeições no que diz respeito a sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF).

Cuida-se aqui daquilo que a doutrina denomina “acordo de sede”, ou seja, de tratado bilateral a envolver organização internacional e Estado e que versa sobre a operação administrativa e técnica, a pauta de privilégios e imunidades, bem como o regime jurídico dessa organização no território do Estado negociador. Nesse sentido, o texto em apreço não destoa dos tratados análogos a que a República já se encontra vinculada.

Percebe-se, tão só, alguma redundância e, por vezes, excessiva pormenorização (p. ex.: Artigo 4, 4.1, b, que trata da isenção de “taxas de licença de rádio e televisão”). Outro aspecto que chama atenção é o emprego, de forma não usual entre nós, de determinados termos (p. ex.: “regulações” na expressão “leis e regulações da República Federativa do Brasil”, que consta dos considerandos). Nada, no entanto, que prejudique o avençado. Essas

circunstâncias, contudo, merecem a atenção das autoridades competentes para a necessidade, de um lado, de se buscar maior precisão em ajustes futuros; de outro, de se ter em atenção a tradução de documentos para o português.

Isso posto, registre-se que o texto negociado representa passo importante para a consolidação do relacionamento bilateral. Com efeito, o Escritório da OCDE no Brasil facilitará o diálogo e a adequada implementação da acessão que se almeja. Nesse sentido, o Acordo sob exame é instrumento relevante para o conhecimento mútuo e importante canal de comunicação entre os responsáveis do processo de ingresso do nosso país no quadro de membros da OCDE.

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2021.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 10ª Reunião, Extraordinária, da CRE

Data: 20 de setembro de 2022 (terça-feira), às 10h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTE			
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP)					
Luiz Pastore (MDB)		1. Dário Berger (PSB)			
Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente	2. Ogari Pacheco (UNIÃO)	Presente		
Jarbas Vasconcelos (MDB)		3. Veneziano Vital do Rêgo (MDB)			
Nilda Gondim (MDB)		4. Flávio Bolsonaro (PL)		Presente	
Esperidião Amin (PP)	Presente	5. VAGO			
Margareth Buzetti (PP)	Presente	6. Eliane Nogueira (PP)		Presente	
Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB)					
Mara Gabrilli (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB)	Presente		
Roberto Rocha (PTB)	Presente	2. Tasso Jereissati (PSDB)			
Flávio Arns (PODEMOS)		3. Soraya Thronicke (UNIÃO)			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	4. Giordano (MDB)			Presente
Bloco Parlamentar PSD/Republicanos (PSD, REPUBLICANOS)					
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Lucas Barreto (PSD)			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	2. Maria das Vitórias (PSD)			
Daniella Ribeiro (PSD)	Presente	3. Carlos Portinho (PL)			Presente
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, PTB)					
Chico Rodrigues (UNIÃO)		1. Marcos Rogério (PL)			
Zequinha Marinho (PL)		2. Maria do Carmo Alves (PP)			
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS, PSB, REDE)					
Jaques Wagner (PT)	Presente	1. Fernando Collor (PTB)			
Humberto Costa (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)			Presente
PDT (PDT)					
Julio Ventura (PDT)	Presente	1. Fabiano Contarato (PT)			
Randolfe Rodrigues (REDE)		2. Weverton Rocha			



Reunião: 10ª Reunião, Extraordinária, da CRE

Data: 20 de setembro de 2022 (terça-feira), às 10h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

DECISÃO DA COMISSÃO

(PDL 253/2021)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO FAVORÁVEL À MATÉRIA.

À SECRETARIA LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL PARA PROSSEGUIMENTO DA TRAMITAÇÃO.

20 de setembro de 2022

Senadora MARGARETH BUZETTI

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional